

Denise Goulart Schlickmann

FINANCIAMENTO POLÍTICO COM RECURSOS PÚBLICOS

*Distribuição, utilização
e controle dos recursos no Brasil*



Florianópolis
2023

Copyright© 2023 by Denise Goulart Schlickmann

Produção Editorial: Habitus Editora

Editor Responsável: Israel Vilela

Capa e Diagramação: Conrado Esteves

As ideias e opiniões expressas neste livro são de exclusiva responsabilidade dos Autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta Editora.

CONSELHO EDITORIAL:

Alceu de Oliveira Pinto Junior UNIVALI Antonio Carlos Brasil Pinto (<i>in memoriam</i>) UFSC Cláudio Macedo de Souza UFSC Dirajaia Esse Pruner UNIVALI-AMATRA XII Edmundo José de Bastos Júnior UFSC- ESMESC Eduardo de Carvalho Rêgo UFSC Elias Rocha Gonçalves IPEMED-SPCE Portugal-ADMEE Europa-CREFAL Canice Flaviano Vetter Tauscheck CESUSC-ESA-OAB/SC Francisco Bissoli Filho UFSC Geyson Gonçalves CESUSC-ESA OAB/SC Gilsilene Passon P. Francischetto UC (Portugal)-FDV/ES Horácio Wanderlei Rodrigues UFSC/ FURG	Jorge Luis Villada UCASAL-(Argentina) José Sérgio Cristóvam UFSC Josiane Rose Petry Veronese UFSC Juan Carlos Vezzulla IMAP (Portugal) Juliano Keller do Valle UNIVALI-ESA OAB/SC Lauro Ballock UNISUL Marcelo Bauer Pertille UNIVALI / RICO DOMINGUES/ PUC RS Marcelo Buzaglo Dantas UNIVALI Marcelo Gomes Silva UFSC-ESMPSC Nazareno Marcineiro UFSC-ACADEMIA DA PMSC Paulo de Tarso Brandão UNIVALI
---	--

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S344f	SCHLICKMANN, Denise Goulart. Financiamento político com recursos públicos: distribuição, utilização e controle dos recursos no Brasil/ Denise Goulart Schlickmann 1ª ed. – Florianópolis: Habitus, 2023. 292 p., 16 x 23cm ISBN: 978-65-5035-062-8 1. Direito Eleitoral 2. Financiamento Político 3. Recursos públicos 4. Partidos políticos. - Brasil I. Título
	CDU 343.2

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e seus §§ 1o, 2o e 3o, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



Todos os direitos desta edição reservados à Habitus Editora.
www.habituseditora.com.br – habituseditora@gmail.com

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	23
<i>Vânia Siciliano Aieta</i>	
APRESENTAÇÃO	27
<i>Orides Mezzaroba</i>	
1. INTRODUÇÃO	29
2. DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, ESTADO DE PARTIDOS E FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO E DE CAMPANHA ELEITORAL	33
2.1. O exercício do poder político na Democracia Representativa	33
2.2. Os partidos políticos	62
2.3. Estado de Partidos	73
3. FUNDAMENTOS DO FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO E ELEITORAL	89
3.1. Matrizes do financiamento partidário e de campanha eleitoral: financiamento público, privado e misto	89
3.1.1. Financiamento público	91
3.1.2. Financiamento privado	95
3.1.3. Financiamento misto	98
3.2. Evolução das formas de financiamento partidário e eleitoral no Brasil – a matriz brasileira de financiamento	100

4. FUNDOS PÚBLICOS DE FINANCIAMENTO POLÍTICO – FUNDAMENTOS, DISTRIBUIÇÃO, APLICAÇÃO E IMPACTO SOBRE A ESTRUTURA PARTIDÁRIA BRASILEIRA	125
4.1. Fundos públicos de financiamento partidário e eleitoral – fundamentos legais de distribuição e aplicação de recursos	125
4.1.1. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – Fundo Partidário	126
4.1.2. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha	132
4.2. Critérios partidários para distribuição e aplicação de recursos e seus efeitos sobre a estrutura partidária brasileira	152
4.2.1. Distribuição dos fundos públicos pela União entre os partidos políticos – critérios primários	152
4.2.2. Critérios de aplicação intrapartidária de recursos públicos fixados pelos partidos políticos – Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha	192
5. DIRETRIZES PARA A COMPOSIÇÃO DE UM MODELO LEGAL QUE PRIVILEGIE O CONTROLE SOCIAL NA DISTRIBUIÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	229
5.1. Cidadania democrática - instrumentos de transparência na aplicação de recursos públicos e participação popular	230
5.2. Mecanismos legais e normativos de acesso aos recursos públicos e de sua utilização	235
5.2.1. Critérios primários de distribuição de fundos públicos pela União	236
5.2.2. Critérios intrapartidários de aplicação de recursos públicos e <i>accountability</i>	243
5.3. Instrumentos institucionais compartilhados de controle de regularidade na utilização de recursos partidários	257
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	265

REFERÊNCIAS.....	271
-------------------------	------------

APÊNDICE A – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO DISTRIBUÍDOS AOS PARTIDOS POLÍTICOS – 2014 A 2017 (EM US\$).....	281
---	------------

APÊNDICE B – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO DISTRIBUÍDOS AOS PARTIDOS POLÍTICOS – 2018 A 2022 (EM US\$)	285
--	------------

APÊNDICE C – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA DISTRIBUÍDOS AOS PARTIDOS POLÍTICOS – 2018 A 2022 (EM US\$).....	289
--	------------